



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Decisão da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativa às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição para Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo BE – Bloco de Esquerda

PA 07/ALRAA/20/2020

janeiro/2025



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP).....	3
2.2. Confirmação de saldos de fornecedores da campanha – obtenção de resposta discordante (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)	7
3. Decisão	8



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
BE	BE – Bloco de Esquerda
Candidatura	BE – Bloco de Esquerda
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do BE – Bloco de Esquerda



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no artigoº 41.º, n.º 1, da LO 2/2005 a 06/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **BE – Bloco de Esquerda**, daqui em diante designado por **BE**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigoº 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

A Candidatura não se pronunciou, em sede de contraditório, sobre o conteúdo deste Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.



Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003 e artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2005, de 10 de janeiro).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, foram registadas no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, as despesas a seguir documentadas (cfr. fls. 80 conjugadas com fls. 115 a 116, 153, e fls. 171 e 172, todas do PA):

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Montante	Valor divergente (s/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Propaganda	António Brasil Nunes	1000001	21/10/2020	455,00	455,00	Prestação de serviços de sonorização durante a campanha eleitoral de 11.10.2020 a 23.10.2020 (13 dias) 35€/dia	IV - Comício, espetáculos e caravanas: 2 - Fornecimento de serviços: Apoio técnico Som (preço por dia): entre 900,00€ e 80,00€
Propaganda	CTT - Correios de Portugal	0001/0510012429	30/09/2020	2 690,01	2 187,00	Envio de Infomail 90.000un.: Pico 6.000un.; S. Jorge 4.000un.; S. Miguel 50.000un.; Terceira 22.000un.; Graciosa 2.000un.; Faial 6.000un. 0,0243€/un. , 24,30 por Milheiro. 2.187,00€	II - Propaganda e Comunicação Impressa: 3 - Infomail - Distribuição de correio não endereçado (preço por milheiro), Ilhas: Até 30g, entre 50,20€ e 40,00€
Propaganda	Rainho & Neves	A/20200376	25/09/2020	8 420,03	6 845,55	Jornal "Candidatos", fto 25x36cm, 4 págs, 4/4, papel 50gr, 97.100 un.; Faial, 7.000 un.; Pico, 5.000 un.; Flores, 2.000 un.; Stª Maria, 1.900 un.; terceira, 22.000 un, 0,0705€/un.; 6.845,55€	II - Propaganda e Comunicação Impressa: 1,9 - Jornais de campanha, > 25.000 un., entre 0,20€/un. e 0,16€/un.

O cotejo entre os valores unitários dos bens e serviços adquiridos aos fornecedores “António Brasil Nunes”, “CTT – Correio de Portugal” e “Rainho & Neves” e os valores de mercado contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho, permitiu verificar que:



- A.** A Candidatura registou despesa referente a serviços de sonorização, no período de 11.10.2020 a 23.10.2020 (13 dias), pelo valor diário de 35,00€.

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “2 – Fornecimento de Serviços”, subponto “2.1 – Apoio Técnico Som”, extrai-se que este valor se encontra 45,00€ abaixo do limite mínimo de referência, e;

- B.** A Candidatura registou despesas referentes ao envio de 90.000 unidades de “Infomail”, no valor unitário de 0,0243€.

Do capítulo “II – Propaganda e Comunicação impressa”, ponto “3 – Infomail”, subponto “Ilhas: 3.2.1 – Até 30 g”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido para a aquisição de infomail é de 40,00€ por milheiro.

Assim, ao serem adquiridos infomail pelo valor de 23,40€/milheiro, verifica-se a Candidatura pagou menos 16,60€ por milheiro que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido na Listagem n.º 2/2020.

- C.** A Candidatura registou despesa referente a 97.100 unidades de jornais de campanha, no valor unitário de 0,0705€.

Do capítulo “II – Propaganda e Comunicação impressa”, ponto “1 – Material impresso”, subponto “1.9 – Jornais de campanha”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido para a aquisição de 25.000 ou mais unidades de jornais de campanha é de 0,16€ por unidade. Assim, ao serem adquiridos jornais pelo valor de 0,0705€, verifica-se foi ultrapassado o limite mínimo de referência em 0,09€ por unidade.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a *comprovar* que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável. Tal demonstração



pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas de **A.** a **C.** consubstanciam a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria (cfr por todos o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho), os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado representam uma receita não prevista no n.º 1, do artigo 16.º, da Lei n.º 19/2003.

No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.1. B, relativamente à prestação dos serviços de infomail pelos CTT Contacto, S.A., apesar de a candidatura não se ter pronunciado em sede de contraditório, nem apresentado meios de prova que permitam, por si só, a comprovação inequívoca de ter sido utilizado o preço de mercado na distribuição de infomails, importa ter em conta um conjunto de elementos que a ECFP tem acesso, por conhecimento oficioso, no âmbito dos processos de prestação de contas da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25-10-2020.

Tendo em consideração a natureza dos serviços - infomails pelos CTT Contacto S.A - e o facto destes serviços terem sido utilizados pelas várias candidaturas para a eleição em causa, situando-se alguns dos preços praticados pela referida empresa (CTT Contacto) abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 para todas as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, como se pode constatar da documentação relativa a infomails junta pelas candidaturas (cfr. fls. 171 a 172, do PA; fls. 193 a 198, do PA – 01/ALRAA/20/2020; fls. 168 a 171, do PA – 02/ALRAA/20/2020), considera-se ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço se encontraram enquadradas pelos valores de mercado daqueles serviços, naquela data. Assim, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.

Relativamente às restantes situações identificadas (2.1. A e 2.1. C), face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, verifica-se que os valores de aquisição dos serviços/bens são inferiores em



relação aos valores constantes da Listagem n.º 2/2020, pelo que subsistem as irregularidades identificadas no Relatório da ECFP, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência do mercado das situações identificadas em 2.1. A e 2.1. C representam uma receita em violação da previsão do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003.

2.2. Confirmação de saldos de fornecedores da campanha – obtenção de resposta discordante (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), subalínea ii), da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003, consideram-se despesas de campanha as efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral, retirando-se que todas as despesas relacionadas com a campanha devem ser contabilizadas como despesas eleitorais.

Por sua vez, o n.º 2 do mencionado artigo estatui que as despesas de campanha são discriminadas por categorias e devem devidamente documentadas, em consonância, aliás, com o que já decorre do artigo 15.º do mesmo diploma.

No âmbito da auditoria às contas da campanha eleitoral, foram realizados procedimentos autónomos de pedidos de confirmação de saldos e transações dos fornecedores da campanha, tendo ocorrido a situação de obtenção de uma resposta discordante do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, conforme detalhe a seguir apresentado:

- A.** A Candidatura registou na contabilidade, nas contas “22 – Fornecedores” e “62 – Gastos” do Balancete (fls. 129 e 129 verso do PA), e nos mapas M7 e M8 (fls. 80 e 81 do PA) despesas relativas ao fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, no valor de total de 8.851,79€, e;
- B.** A resposta do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, remetida a 27 de outubro de 2020 (fls. 118 e 119 do PA), evidencia o valor faturado à campanha no montante total de 8.857,45€.



Pelo exposto, verifica-se a existência de uma divergência entre o saldo registado na contabilidade da Candidatura e o saldo registado na resposta do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.” no valor de 5,66€.

A análise ao extrato de conta de clientes, remetido pelo fornecedor, permitiu verificar que a Candidatura não registou, nas contas de campanha, a despesa no valor de 5,66€, referente a uma placa PVC 3mm – 60x20cm, suportada pela fatura “FA 2020/678”, datada de 23/10/2020 (fls. 120 e 121 do PA).

Esta situação consubstancia a ausência de registo da globalidade das despesas efetuadas na campanha, configurando uma violação do dever genérico de organização contabilística e do dever de discriminação de todas as despesas de campanha.

Face à inexistência de resposta por parte da Candidatura, uma vez que optou por não exercer o seu direito ao contraditório, mantém-se a irregularidade apurada, por violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, ambos da Lei n.º 19/2003, e 19.º, n.º 2 (1.ª parte), do mesmo diploma.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **BE – Bloco de Esquerda** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) incumprimento pela existência de despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado [ver ponto 2.1. (2.1. A e 2.1. C)];
- b) ausência de registo de uma despesa de campanha (ver ponto 2.2.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.



Lisboa, 17 de janeiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

Mafalda Bettencourt
(Vogal)

João Pires
(Vogal, ROC)